



REGISTRO DE REUNIÃO

GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO DOCE E ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO PARA A BACIA

PARTICIPANTES:

MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO/CBH-DOCE: José Carlos Loss Júnior e Paloma Galdino da Silva, representantes do segmento poder público; Luiz Cláudio Figueiredo e Nádia de Oliveira Rocha, representantes do segmento usuários; Senisi de Almeida Rocha e João Alves Filho, representantes do segmento sociedade civil.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA): Flávio Hadler Tröger, Roberto Carneiro de Moraes, Gaetan Serge Jean Dubois, Ana Paula Montenegro Generino, Daniel Izoton Santiago, Diana Leite Cavalcanti e Márcio Araújo.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM): Allan de Oliveira Mota e Januária Fonseca Malaquias.

AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (AGERH): Flavia Salim e Silvia Soares.

AGEDOCE: André Luis de Paula Marques e Juliana Vilela Pinto

ENGECORPS: Aída Maria Pereira Andreazza, Miguel Fontes de Souza e Maria Luiza Rizzotti.

CONVIDADOS (CBH-DOCE) - Flamínio Guerra Guimarães, presidente do CBH-Doce e Luciane Teixeira Martins (atual membro e ex-presidente do CBH-Doce).

MEMÓRIA DA REUNIÃO

Às 14h30, do dia 16 de junho de 2021, quarta-feira, de forma telepresencial, por meio da plataforma Microsoft Teams, foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho para acompanhamento da revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos e da elaboração da proposta de enquadramento (GT-Plano) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Dando início às atividades, o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce), Flamínio Guerra, cumprimentou a todos os presentes, dando ênfase



à relevância do engajamento dos membros do GT-Plano para o êxito dos trabalhos. Prosseguindo, foi dada a palavra ao Sr. Flávio Tröger, Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que destacou o início de mais uma importante etapa nesse processo. Dando continuidade, foi passado ao ponto de pauta relativo à eleição do coordenador do GT-Plano. Previamente, a pedido do Sr. Flávio Tröger, foi dada a palavra ao Sr. Márcio Araújo, da ANA, que relatou brevemente a experiência exitosa da elaboração do Plano na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, aprovado recentemente, de forma integrada e democrática, com boa parte das atividades realizadas em ambiente virtual. Na oportunidade, eles relataram que a coordenação do grupo, no caso do Paraíba do Sul, foi exercida pela ANA e propuseram a mesma tática para o grupo do CBH-Doce. Foi destacado que se trata de um trabalho extenso, de muita articulação e alinhamento, tendo sido a experiência antecessora muito positiva, além de proporcionar mais aproximação entre a ANA e os comitês, tanto o CBH federal quanto os afluentes. Ainda sobre o tema, a Sra. Nádia de Oliveira Rocha sugeriu o nome do Sr. Senisi Rocha para exercer o cargo de coordenador, indicação aceita pelo Sr. Senisi e referendada pelos demais membros do GT-Plano. Considerando o interesse da ANA e a indicação feita pelo grupo de trabalho, o Sr. Flávio Tröger, da ANA, propôs que a coordenação do grupo seja exercida de forma compartilhada, sendo o Sr. Senisi Rocha designado para a coordenação geral e o Sr. Roberto Morais, da ANA, para coordenação executiva. A proposta foi acatada de forma unânime pelos presentes à reunião. Ato contínuo, foi passada a palavra à Sra. Aída Andreazza, da Engecorps, para apresentação sobre o Produto 1, o Plano de Trabalho, com ênfase em três aspectos principais, sendo: contexto do planejamento de recursos hídricos na bacia do rio Doce; revisão e atualização do PIRH Doce, PDRHs/PARHs e enquadramento; e processo participativo. Importante frisar que a íntegra do Plano de Trabalho foi encaminhada previamente, por e-mail, aos membros do GT-Plano. Ao longo da fala, a Sra. Aída trouxe dados gerais sobre a bacia, destacou o contexto do planejamento de recursos hídricos, com ênfase em algumas especificidades, dentre as quais: as questões referenciais do PIRH-Doce; o rompimento da barragem de Fundão e conseqüentemente a instituição do Sistema CIF e da Fundação Renova; o Acórdão do TCU; e o processo de transição de entidade equiparada. Ademais, expôs as 08 etapas do trabalho e, apresentou, sinteticamente, os produtos que serão elaborados pela empresa ao longo do processo, previsto para ser realizado em 17 (dezessete) meses. Relatou, ainda, a necessidade de alguns ajustes no escopo originalmente previsto dadas as limitações impostas pela pandemia da



COVID-19. Finalizada a apresentação, foi concedida a palavra aos presentes para eventuais dúvidas e contribuições quanto ao material apresentado. Iniciando os debates, o Sr. Senisi Rocha questionou se o MOP Preliminar, previsto na ETAPA 02, se refere ao PIRH atualmente vigente, considerando que será entregue previamente à conclusão da revisão. Em resposta, a Sra. Aída Andreazza, da Engecorps, explicou que a elaboração do MOP Preliminar consta no projeto básico, sendo estabelecido o horizonte de dois anos. Ela esclareceu, ainda, que um dos objetivos da ferramenta é não interromper as atividades, que continuarão rodando durante os trabalhos de revisão, com ênfase nas ações hierarquizadas pelos comitês no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para o período 2021 a 2025. Dando sequência, o Sr. Senisi Rocha questionou se a participação da sociedade civil no processo, para além dos representantes dos comitês, será restrita às consultas/audiências públicas e oficinas. Em resposta, a Sra. Aída ratificou a informação, esclarecendo que essa é a previsão do Termo de Referência e que consta no Plano de Trabalho. Em seguida, o Sr. Roberto Morais, da ANA, comentou que, nesta primeira etapa, houve um prazo bastante estreito entre a entrega do produto e a realização da reunião, questão que será ajustada para evitar comprometimento na avaliação dos produtos, no entanto, reforçou que é imprescindível a atenção aos prazos contratuais, pois eventuais ajustes no cronograma estão atrelados a aspectos complexos e burocráticos. Prosseguindo, a Sra. Ana Paula Generino, da ANA, trouxe algumas questões de conteúdo para alterações no Plano de Trabalho. Foi feita uma breve apresentação sobre as sugestões, as quais foram acatadas e serão encaminhadas à ENGEORPS para ajuste. Acerca de questões de forma, simples, tais como correções ortográficas e gramaticais, foi acordado que essas serão remetidas diretamente à empresa contratada para ajuste, pois não impactam o conteúdo do documento. Dando sequência aos debates, foi passada a palavra à Sra. Flávia Salim, da AGERH. Em sua fala, ela questionou a discrepância entre o quantitativo das Unidades de Gestão descritas no Plano de Trabalho e o número de Comitês instituídos no estado do Espírito Santo, considerado que são descritas três unidades, ao passo em que existem cinco CBHs. Segundo ela, essa questão pode comprometer o processo, já que o PIRH deverá ser aprovado em todos os comitês, não tendo sido identificada nenhuma estratégia para esse trâmite, como, por exemplo, a realização de reuniões e a emissão de deliberações conjuntas. Prosseguindo, manifestou preocupação quanto à mobilização dos CBHs capixabas, considerando que, ao contrário do CBH-Doce e dos afluentes mineiros, não há entidade delegatária/equiparada instituída no âmbito do Espírito Santo, não havendo, portanto, uma secretaria executiva estruturada. Por essa



razão, será necessário forte engajamento da empresa no processo de mobilização, a fim de que o trabalho não fique comprometido. Por fim, requereu que seja concedido prazo até o início da semana seguinte para finalizar a análise do Plano de Trabalho, citando, na ocasião, o prazo de 15 (quinze) dias previsto na Deliberação Normativa CBH-Doce nº 82/2019, por meio da qual foi instituído o GT-Plano. De acordo com a Sra. Flávia Salim, a extensão do prazo é necessária para emitir as contribuições da AGERH, visando proceder a uma análise minuciosa e pormenorizada, pois não houve tempo hábil de compartilhar o documento junto às outras áreas da instituição. Após a fala, o Sr. Roberto Morais, da ANA, pediu a palavra para esclarecer brevemente alguns pontos acerca da Deliberação Normativa CBH-Doce nº 82/2019. Cumpre esclarecer que esse item constava em pauta, previamente à apresentação da Engecorps sobre o Plano de Trabalho, porém, por equívoco no processo de condução, não foi tratado. Em sua fala, o Sr. Roberto Morais esclareceu que a deliberação supracitada foi elaborada e aprovada em 2019, num contexto bastante distinto, no qual estava prevista a contratação da revisão do PIRH com recursos da cobrança, a qual seria operacionalizada pelo IBIO, então entidade delegatária/equiparada. No entanto, devido a todos os acontecimentos registrados no período, a contratação foi feita pela ANA, com recursos de outra fonte, ou seja, num cenário bastante distinto àquele existente em 2019. Por essa razão, por ora, foi checada a composição do GT-Plano, a qual foi mantida, sendo que serão necessários ajustes no conteúdo do normativo, a fim de verificar as competências, adequar as terminologias utilizadas, bem como prazos e ajustes de forma, além da remoção da menção ao IBIO e a inserção da AGEDOCE, nova Agência de Água. Por fim, reiterou, de fato, que os prazos nessa etapa ficaram encurtados, reforçando que será feito o ajuste do fluxo para os próximos produtos. Acerca da demanda sobre dilação do prazo para contribuições requerido pela AGERH, ponderou que a questão deve ser alinhada junto aos gestores do contrato, a fim de não acarretar nenhum comprometimento ao processo. Nesse sentido, o Sr. Gaetan Dubois, da ANA, um dos gestores do contrato, informou que a questão será verificada junto à superintendência para a definição de um acordo até o final da reunião. Dando sequência aos questionamentos, a Sra. Nádia Rocha indagou quanto à representatividade dos CBHs e a participação social nas consultas e audiências públicas, considerando que estão previstos nove eventos, em três rodadas – alto, médio e baixo Doce. Segundo ela, seria interessante uma distribuição maior para chegar à sociedade de forma efetiva e não ficar restrito apenas aos membros dos CBHs. Em resposta, a Sra. Aída Andreazza, da ENGECORPS, explicou que essa foi a formatação definida no TDR. No entanto,



diferentemente do que havia sido previsto, as reuniões ocorrerão em ambiente virtual e não haverá vinculação a uma localidade específica, fato que poderá ampliar significativamente a presença, pois não ensejará deslocamento para os participantes. Dando continuidade, o Sr. Allan Mota, do IGAM, falou sobre a reunião conjunta das Câmaras Técnicas dos CBHs mineiros afluentes do Doce realizada no dia 15 de junho de 2021. Ele relatou que a reunião foi bastante produtiva e com ampla representatividade, com quase 60 (sessenta) participantes. Em sua fala, fez uma breve síntese dos principais pontos discutidos, relatando que uma das preocupações levantada é a garantia de que todas as contribuições feitas e acatadas sejam devidamente inseridas nos produtos. As proposições feitas nessa reunião serão encaminhadas à ANA, de forma sistematizada, para envio à ENGECORPS. Prosseguindo, o Sr. Roberto Morais, da ANA, destacou as questões relacionadas à Fundação Renova, entendendo ser pertinente a definição de uma estratégia/fluxo para organizar e sistematizar as informações relevantes para o processo do PIRH/Enquadramento, bem como as interfaces com o SINGREH. Para tanto, ele considera relevante a realização de reunião entre os órgãos gestores e a ENGECORPS, com representantes do CBH-Doce ligados ao Sistema CIF/Renova. Tal alinhamento é fundamental para a Etapa 03 - Estado da Arte sobre a Situação e a Gestão de Recursos Hídricos na Bacia (Diagnóstico). A Sra. Aída Andreazza, da ENGECORPS, destacou que o tema “Renova” foi abordado na reunião de partida, pois se trata de um ator inserido no contexto, cujos estudos e ações precisam ser considerados para a conclusão do diagnóstico. Ainda sobre o assunto, a Sra. Lucinha Teixeira, convidada do CBH-Doce presente à reunião, destacou que é preciso muita atenção acerca dos trabalhos produzidos pela Fundação, considerando que há registros de muitas alterações e, até mesmo, reprovação de alguns estudos, além de programas que estão judicializados. Ela destacou que é importante avaliar os programas do TTAC que possuem convergência com o PIRH/Enquadramento, além das questões de viés institucional. Dada a relevância e a complexidade do tema, foi definido que será agendada uma reunião específica entre o CBH-Doce, órgãos gestores e a ENGECORPS, a fim de obter uma percepção detalhada do processo e dos trâmites que envolvem o Sistema CIF/Renova. Ainda sobre o assunto, o Sr. José Carlos Loss, do CBH-Doce e que, inclusive, representa o comitê no plenário do CIF e atua, também, em outras instâncias do sistema, enfatizou que o PIRH não é do CBH, mas, da Bacia. Por isso, é fundamental a inserção de todos os atores atuantes no território, dentre os quais está a Fundação Renova, um elemento bastante complexo. Ele destacou, ainda, a



importância de compreender o TTAC como um todo. Porém ponderou quanto à necessidade de filtrar as ações relacionadas a recursos hídricos, pois o termo é abrangente e traz programas de várias frentes. Ele enfatizou que é primordial conhecer o status e obter informações detalhadas sobre o escopo e o andamento dos programas que possuem interface com o PIRH/Enquadramento. Além disso, o Sr. José Carlos Loss manifestou preocupação com a situação do Espírito Santo devido aos problemas de estruturação enfrentados pelos comitês e a ausência de uma secretaria executiva estruturada pela AGERH para dar suporte. Ele relatou que o órgão gestor presta um bom suporte técnico, porém há problemas na interlocução com os CBHs para a operacionalização da parte mais administrativa. Devido a essa situação, será necessário pensar numa estratégia para que a desestruturação dos comitês não comprometa a execução dos trabalhos, sobretudo porque é necessária a aprovação dos instrumentos no âmbito de cada CBH. Sobre a questão da mobilização, a Sra. Maria Luiza Rizzotti, da ENGECORPS, destacou que os comitês têm papel preponderante no papel de mobilização, sobretudo devido à familiaridade com as pessoas do território, sendo que a empresa colaborará em todo o processo, com o devido suporte operacional, logístico e a experiência. No entanto, destacou que os CBHs conhecem a realidade local, as pessoas, instituições e as peculiaridades de cada região, informações primordiais para o êxito da mobilização e imprescindíveis para viabilizar o engajamento da comunidade no processo. Trata-se, portanto, de um trabalho compartilhado em que a colaboração de todos é fundamental. Dando prosseguimento, o Sr. Senisi Rocha questionou sobre as estratégias de comunicação social envolvidas no processo. Em resposta, a Sra. Aída Andrezza, da ENGECORPS, destacou que as plataformas mencionadas no Plano de Trabalho são as ferramentas de videoconferência, tais como *Zoom*, *Microsoft Teams*, *Google Meet*, considerando que as atividades, por ora, serão em ambiente virtual. Ela explicou que havia previsão de trabalho de campo, incluindo cartazes, emissão de releases, entre outras ações, no entanto, no momento, dadas as restrições sanitárias, não há como fazer esse trabalho *in loco*. Serão trabalhadas estratégias específicas para a mobilização em ambiente telepresencial, enquanto não for possível atuar em campo. Por fim, considerando a necessidade de prorrogação do prazo para envio das contribuições relativas ao Produto 1, conforme demanda apresentada pela AGERH, foi definido o adiamento da reunião da CTI agendada para o dia 18 de junho de 2021. Foi acordado que as contribuições deverão ser remetidas à ANA até o dia 22 de junho, terça-feira, para que a ENGECORPS tenha tempo hábil de consolidar o documento com as alterações, que serão apresentadas de forma sintética, por meio de planilha Excel, de modo a facilitar a identificação e a compreensão. Foi

acordado que a nova reunião da CTI, que será realizada de forma conjunta com o GT-Plano, ocorrerá no dia 29 de junho de 2021, terça-feira, às 09h00. Sem mais assuntos em pauta a reunião foi encerrada por volta das 17h00.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA REUNIÃO

